

**Setor das IFES reafirma críticas ao Projeto de Lei  
nº6368/05, que dispõe sobre o reajuste salarial docente,  
e avalia a última greve do Movimento**

**O PL ainda será votado no Congresso Nacional**

*Leia nas páginas 2 e 3*

Foto: ANDES-SN



**ANDES-SN foi recebido pela deputada Fátima  
Bezerra, relatora do PL nº6368/05**

*Página 4*

**Sindicato Nacional divulga nota pública sobre a Expansão das IFES**  
*Páginas 6 e 7*

**Câmara aprova fundo para ensino básico (Fundeb)**  
*Página 8*

# Setor das IFES reafirma críticas ao Projeto de Lei nº6368/05, que dispõe sobre o reajuste salarial docente, e avalia a última greve do Movimento.

## O PL ainda será votado no Congresso Nacional

Durante os dias 14 e 15 de janeiro, representantes de 30 seções sindicais estiveram em Brasília, para a Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), reafirmando as críticas ao Projeto de Lei nº6368/05, que dispõe sobre o reajuste salarial da classe docente. Conforme já noticiado pelo ADUR Informa, o PL foi imposto pelo Ministério da Educação – que rompeu, unilateralmente, as negociações com o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN, no final do ano passado – e não contempla as reivindicações docentes, ferindo os princípios de isonomia e da paridade.

Após longa discussão, foi aprovado com a diferença de apenas um voto que a Diretoria do Sindicato Nacional denunciaria o comportamento do MEC durante a última greve docente, por meio de um documento público. O ANDES-SN deverá esclarecer à sociedade sobre a origem desse Projeto de Lei, assim como explicitar a estratégia do governo em negociar separadamente com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), proibindo o CNG de participar das reuniões.

A outra proposta, que teve 12 votos, sustentava que o ANDES-SN deveria pressionar os parlamentares sobre a votação do projeto de lei, apresentando emendas ou, ainda, um substitutivo global, como afirma o relatório do Setor das IFES, disponível na página eletrônica do Sindicato Nacional ([www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)).

Durante a reunião do Setor das IFES, ficou combinado que o ANDES-SN também acompanharia a tramitação do PL no Congresso Nacional.

### Onde está o PL?

Até a reunião do Setor das IFES, o ANDES-SN dispunha da informação de que o PL foi entregue à Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados, em 28 de dezembro de 2005. No último dia 11 de janeiro, contudo, o documento foi encaminhado à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), para republicação, em virtude de incorreções no texto apresentado pelos Ministérios da Educação e de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

O ANDES-SN foi informado pelo Sr. Silvio Petrus, subsecretário de Assuntos Administrativos do MEC, que o PL estava na Casa Civil, onde os técnicos alteraram o Projeto de Lei redigido pelo MEC e pelo MPOG, “resultando na redação que separa os percentuais de titulação do vencimento básico”, conforme afirma o relatório do Setor das IFES.

Segundo Silvio Petrus, os ajustes decorrentes dessa alteração no PL serão feitos pela relatora na Comissão de Educação, deputada Fátima Bezerra, que deverá realizar a emenda no texto, restabelecendo os termos da legislação em vigor. O PL, então, seguirá para o Congresso Nacional, onde será apreciado pelos Parlamentares.

### Avaliação da greve de 2005

Os presentes realizaram detalhada avaliação de Conjuntura da Greve de 2005, analisando as perspectivas para 2006. A greve do movimento docente foi avaliada positivamente, pois a categoria sustentou uma das mais longas paralisações do segmento, enfrentando o governo de cabeça erguida. Durante o processo de “negociação”, os representantes do Ministério da Educação e de demais setores do governo Lula desconsideraram a contraproposta de reajuste docente apresentada pelo ANDES-SN, assim como a pauta de reivindicação docente, que incluía o reajuste de 18% lineares, para repor a inflação dos últimos anos. Com o intuito de enfraquecer o Sindicato Nacional, promovendo a divisão do Movimento Docente, o governo convidou o Profifés (Fórum de Professores das IFES) a sentar-se à Mesa de Negociações.

A tática divisionista do governo Lula junto aos Servidores Públicos Federais (SPF) também se fez presente com apoio de entidades como a UNE e a CUT, que continuam a fomentar a fragmentação dos movimentos sociais, respaldando o governo federal.



## O que o Sindicato Nacional tem pela frente

Além de acompanhar a tramitação do PL no Congresso e as ações do governo durante a última greve docente, o ANDES-SN tem algumas outras atribuições, ao longo de 2006, aprovadas pelo Setor das IFES. São elas:

I) realizar reunião com a Secretaria de Educação Superior (SESu) e com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino), para discutir a questão da expansão das universidades públicas, a distribuição das vagas em concursos públicos e a situação dos professores substitutos;

II) solicitar reunião com o CNPq e com a CAPES, para discutir políticas de financiamento, bolsas de pesquisa e política de qualificação docente;

III) discutir, com o SINASEFE, os desdobramentos da greve 2005 e a retomada da carreira única dos docentes de 1º, 2º e 3º graus;

IV) organizar reunião com a CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais) e a bancada sindical da Mesa de Negociação Permanente (MNNP), para discutir os seguintes pontos: a) acordos de 2005; b) orçamento 2006; c) Mesa Nacional Salarial; d) Campanha Salarial 2006; e) próxima plenária dos SPF;

IV) viabilizar ações jurídicas sobre: a) o reajuste de 2005, que não foi concedido pelo Governo; b) a situação dos professores substitutos; c) a incorporação dos 28,86%, correspondente ao reajuste militar de 1993, ao salário dos docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). A Associação de Docentes do Mato Grosso (ADUFMAT) ganhou a ação em última instância, no STF;

V) realizar Seminário sobre Precarização do Trabalho Docente, para discutir a situação dos professores substitutos e de professores de 1º e 2º graus (ensino médio).

Nova reunião do Setor das IFES acontecerá em 12 de fevereiro.

# ANDES-SN encaminha nota sobre o PL nº 6368/05 aos parlamentares

*Leia, abaixo, a nota enviada pela Diretoria do ANDES-SN aos parlamentares, em 30 de janeiro de 2006, apresentando os argumentos do Sindicato Nacional acerca do PL.*

Senhor parlamentar,

Tramita no Congresso Nacional, desde 8 de dezembro de 2005, o Projeto de Lei nº 6.368/05, de iniciativa do Poder Executivo, que "altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências". Cumpre-nos informar que o conteúdo do referido PL é de responsabilidade exclusiva do Executivo e não resulta de negociação e acordo com o sindicato da categoria, uma vez que tal conteúdo foi rejeitado por todas as assembleias de greve nas instituições federais de ensino superior, pelas razões que passamos a apresentar.

1- A Lei nº 7.596/87 estabelece duas carreiras do magistério federal, a carreira do 1º e 2º graus e a carreira do ensino superior. Ambas estão presentes nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, cujos docentes são indistintamente representados pelo ANDES - Sindicato Nacional que abriga 100% dos docentes da carreira do magistério do ensino superior e cerca de 40% dos docentes da carreira de 1º e 2º graus no âmbito do MEC, em razão de 60% de os professores desta estarem em instituições federais de ensino não-superior e representados pelo SINASEFE. ANDES-SN e SINASEFE trabalharam, ao longo de 2005, com base na mesma pauta de reivindicações, buscando realizar negociações conjuntas com o MEC, mas este, arbitrariamente, separou as

negociações em mesas diferentes para cada uma das carreiras e vetou a participação do ANDES-SN nas negociações referentes à carreira de 1º e 2º graus. Isto é, o MEC impediu que um sindicato representasse seus sindicalizados. Trata-se de ato sem precedentes na história do ANDES-SN. O resultado é que o PL nº 6.368/05 trata exclusivamente da carreira do magistério do ensino superior, enquanto para os docentes da carreira de 1º e 2º graus ainda não existe nenhuma propositura legal, a despeito de o MEC e o SINASEFE terem chegado a um termo de acordo.

2- Com a separação das negociações, o MEC logrou condições para impor medidas que, ao contrário de darem tratamento isonômico e aproximarem as duas carreiras, afastam-nas ainda mais em relação às atuais condições. A resposta do MEC, portanto, foi no sentido inverso ao da pauta de reivindicações. A pauta baseava-se em três princípios: isonomia salarial entre as duas carreiras, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e reajuste do vencimento básico em percentual igual para todos os professores. Os dois primeiros princípios seriam atendidos com a equiparação de duas gratificações, GED (ensino superior) e GEAD (1º e 2º graus) e a transformação destas em uma única gratificação, com valores iguais para ativos, aposentados e pensionistas. Esse seria um passo importante para possibilitar a futura incorporação das gratificações ao vencimento básico. O PL nº 6368/05 não contempla tais princípios e aprofunda as distorções

existentes entre as duas carreiras e no interior da carreira do ensino superior.

3- Enquanto o MEC acordou com o SINASEFE um reajuste de 12% no vencimento básico para os professores da carreira de 1º e 2º graus, afirmou, em audiência, que não poderia fazê-lo para os professores da carreira do ensino superior. No lugar de reajuste igual, definiu reajustes diferenciados com base no aumento dos percentuais de titulação e da GED, além da criação da classe de professor associado. A GED, que, desde maio de 2004, não é paga mais por avaliação de desempenho e sim por valores fixos para cada titulação, deveria, em respeito à Constituição Federal, ser paga em valores integrais para os aposentados e pensionistas. O PL nº 6.368/05, apesar de propor a elevação da GED dos aposentados e pensionistas a partir de julho de 2006, ainda mantém a diferenciação em relação aos docentes em atividade.

4- Os professores das IFES, como outros segmentos de servidores federais, foram à greve porque tinham pendências não resolvidas em negociações de anos anteriores e porque o governo, na prática, dissolveu a Mesa Nacional de Negociação Permanente por ele mesmo criada e não concedeu nenhum reajuste em 2005. As reivindicações dos professores, portanto, eram para ser atendidas

Foto: ANDES-SN



em 2005. O PL nº 6.368/05 define medidas que, além de não atenderem às reivindicações, terão seus efeitos somente a partir de janeiro (titulação), de maio (classe de associado) e de julho de 2006 (GED).

O movimento docente foi ainda capaz de gerar contrapropostas que foram ignoradas pelo governo sob o argumento de que faltavam recursos. A prática demonstrou que os docentes estavam com a razão, pois os recursos apareceram; só que o governo, ainda assim, não quis atendê-los.

Os representantes do governo, insensíveis às reivindicações da categoria, foram inflexíveis nas negociações, rompendo-as de forma abrupta, definiram unilateralmente os termos do PL em pauta.

Na luta para superar essa insensibilidade, contamos com o apoio da sociedade, de muitas entidades e de muitos parlamentares. Mas não tivemos êxito em demover a intransigência do governo, que tratou a categoria, representada por seu sindicato, de forma antidemocrática e desrespeitosa.

Permaneceremos, no entanto, firmes na busca da conquista de nossas reivindicações, já que os encaminhamentos apresentados pelo governo, além de não atender aos pleitos dos docentes, ampliam as distorções entre as carreiras e estabelecem tratamento diferenciado para aqueles que realizam trabalho semelhante nas IFES.

O ANDES-SN continuará na luta em defesa dos interesses da categoria e da universidade pública, gratuita, patrimônio do povo brasileiro.

**Diretoria do ANDES  
Sindicato Nacional**

**Brasília, 30 de janeiro de 2006**

## **ANDES-SN foi recebido pela deputada Fátima Bezerra, relatora do PL nº6368/05**

Foto: ANDES-SN



Em 26 de janeiro de 2005, o ANDES-SN foi recebido pela deputada Fátima Bezerra, relatora, pela Comissão de Educação, do Projeto de Lei nº6368/05. Ela informou aos representantes do ANDES-SN e de algumas seções sindicais da base do Sindicato Nacional que, em reunião com o secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge, ficou acertado que haverá correção no texto do PL, para retornar à primeira versão apresentada pelo MEC.

A deputada disse ter conhecimento do parecer jurídico do ANDES-SN, sobre os termos do PL. Esse parecer foi publicado na edição anterior do *ADUR Informa*.

De acordo com Fátima Bezerra, em função do pedido de urgência feito pelo Executivo, haverá um acordo de liderança para levar o PL ao plenário o mais rápido possível. Sua expectativa é de que isso ocorra na primeira semana de fevereiro. Contudo, segundo a deputada, não há qualquer possibilidade de outras alterações no conteúdo do PL, que não a correção proposta.

Por fim, informou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sinalizou, positivamente, com a inclusão dos aposentados na classe especial, nos termos solicitados pelo SINASEFE, embora ainda não exista nenhum instrumento legal para efetivar tal decisão.

## **Em reunião com o ANDES-SN, Presidente da ANDIFES externa preocupação com expansão das IFES**

Foto: ANDIFES

Em 18 de janeiro, representantes do ANDES-SN reuniram-se com o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), Oswaldo Duarte Filho (foto).



Inicialmente, o Prof. Oswaldo Duarte Filho relatou o encontro do Presidente Lula da Silva com outros 54 reitores e diretores das 55 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada no dia anterior.

De acordo com o Presidente da ANDIFES, o governo comprometeu-se a criar quatro mil novas vagas, sendo 2.200 para as IFES já existentes e 1.800 para a expansão. Destas 1.800 vagas, 1.750 serão para novos Campi, e 50 para ensino a distância. Por ora, contudo, não há nenhum projeto para a criação dos novos cargos, que só podem ser formalizados via concurso público.

Em relação aos servidores técnico-administrativos, o governo informou que não há previsão de realizar concursos para ampliação do efetivo.

De acordo com o Presidente da ANDIFES, há uma preocupação coletiva quanto ao risco de que a expansão proposta pelo governo se dê em uma perspectiva distanciada das reais necessidades das Instituições de Ensino Superior.

Segundo o Prof. Oswaldo Duarte Filho, a ANDIFES tem reivindicado ao governo a recomposição do quadro de docentes e técnicos, assim como a garantia de autonomia para as IFES e a uma expansão de qualidade para os novos campi.

## Representante da SESu promete repassar ao ANDES-SN informações mais detalhadas sobre o PL e o projeto de expansão do governo para as IFES

O ANDES-SN foi atendido pelo representante da Secretaria de Educação Superior (SESu), no último dia 20 de janeiro. Durante este encontro, discutiram-se o projeto de expansão das IFES, a distribuição das 4 mil vagas de concurso para docentes e a situação do Projeto de Lei nº6368/05, que dispõe sobre o reajuste da categoria.

O Secretário da Educação Superior do MEC, Sr. Nelson Maculan, expôs que o projeto de expansão do governo prevê a criação de quatro novas universidades, a transformação de seis faculdades em novas universidades e a criação de 42 campi, gerando, conseqüentemente, 125 mil novas matrículas para o ensino superior. De acordo com Maculan, o governo destinará R\$ 590 milhões em quatro anos, sendo que, deste montante, já foram liberados cerca de R\$250 milhões. A outra parte do dinheiro será liberada nos anos de 2006 e 2007.

O ANDES-SN questionou Maculan quanto ao valor do montante a ser destinado para o projeto de expansão do governo. O Sindicato Nacional afirma que, no SIAF (Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro), em 23 de dezembro, havia o registro de outro valor: R\$ 7,2 bilhões. Segundo o ANDES-SN, tal valor é insuficiente para a realização da expansão nos termos anunciados pelo governo.

Nelson Maculan comprometeu-se em verificar o real valor do recurso liberado pelo governo federal e informar ao ANDES-SN.

De acordo com o relatório dessa reunião, divulgado pelo Sindical Nacional, há uma outra divergência em relação às informações do governo. Durante a reunião do Presidente Lula com os participantes da ANDIFES, a informação era a de que das quatro mil vagas, 1.800 vagas seriam para o projeto de expansão, sendo 1750 para novos Campi, e 50 para ensino à distância. Em reunião com a SESu, a informação foi diferente: das quatro mil vagas, apenas 1700 são para o projeto de expansão, sendo 50 para o ensino a distancia, e 50 para os ajustes que se fizerem necessários.

Segundo Maculan, as 2.200 vagas restantes são para a reposição de quadros das instituições já existentes e ainda não foram distribuídas, pois a SESu ainda discutirá com a ANDIFES as reais necessidades das IFES, estudando a melhor possibilidade de atendê-las.

Em relação ao Projeto de Lei que dispõe sobre o reajuste da categoria docente, sob o nº6368/05, Nelson Maculan informou, após entrar em contato com o Ministro da Educação, que o documento está na Casa Civil, aguardando correções, que serão feitas pela relatora na Comissão de Educação.

Antes de encerrar a reunião, o Secretário reafirmou o compromisso de repassar ao ANDES-SN informações mais detalhadas sobre o PL, assim como sobre o projeto de expansão do governo para as IFES e os dados sobre o financiamento dessa empreitada.

### Calendário de atividades do ANDES-SN

- De 6 a 10 de fevereiro - **Rodada de Assembléias Gerais para discutir a campanha salarial de 2006.**
- 11 de fevereiro - **Seminário sobre a Precarização do Trabalho Docente.** Local: **Brasília.**
- 12 de fevereiro - **Reunião do Setor das Federais.** Local: **Brasília.**
- De 05 a 10 de março – **25º Congresso do ANDES-SN. Financiamento Público: Garantia de Direitos Sociais e de Democracia.** Local: **Cuiabá (MT).**



*O Caderno de Textos do 25º Congresso do ANDES-SN já está disponível para consulta na homepage da ADUR-RJ ([www.adur-rj.ogr.br](http://www.adur-rj.ogr.br)), assim como na sede da associação. A Diretoria está à disposição dos interessados para esclarecer dúvidas. Informe-se sobre as principais discussões, que vão nortear o 25º Congresso do Sindicato Nacional.*

# ANDES-SN divulga nota pública sobre a Expansão das IFES

## *Abaixo, reproduzimos a nota do ANDES-SN e as exposições do Sindicato Nacional dos Docentes sobre a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior*

No quarto de século de existência do ANDES-SN, a luta pela expansão das IES públicas – com vistas à universalização do direito de acesso ao ensino superior – sempre esteve no topo da agenda política do Sindicato Nacional. Esse posicionamento foi expresso em seu documento-referência, Caderno Andes 2 “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” (Revisado, 2003): “Compete ao Estado garantir o total atendimento das demandas sociais por educação, em todos os níveis” (p.37).

Em todos os seus Congressos e Conselhos, o Sindicato procurou definir estratégias com esse fim. Apenas para mencionar resoluções mais recentes, o ANDES-SN aprovou a “*Agenda para a educação superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje*” (2005), em que a expansão das IFES é objeto não apenas de análise específica como também de propostas objetivas que suscitaram a aprovação de uma proposta de projeto de lei de expansão no bojo de outros projetos afins, como os de financiamento da educação e das IFES em particular.

Para alcançar a universalização, a Agenda reafirma que a educação superior deve ser compreendida como um “direito de todos”, princípio que pressupõe acesso democrático com garantia de permanência e assistência estudantil, o que requer alocação de recursos compatíveis com as despesas geradas no processo de educação. A meta de expansão nas federais defendida pela Agenda é de 1,5 milhão de novas matrículas até 2011. Para tanto, o ANDES-SN propõe a alteração do art. 212, no sentido de incluir na base de cálculo as receitas provenientes das contribuições (excetuando as da seguridade/previdência) e a alteração do art. 76 do ADCT, CF, 1988, objetivando a não-aplicação da Desvinculação das Receitas da União nos orçamentos da educação e da saúde. Essas medidas permitiriam ampliar as verbas dos atuais R\$ 7 bilhões para aproximadamente R\$ 35 bilhões.

Considerando as lutas históricas do Movimento Docente, o recente anúncio do Governo Federal de expansão das universidades federais deveria ter causado júbilo em todos os lutadores pela causa da educação pública. Com efeito, as metas anunciadas para o período 2005 a 2009 – criação de quatro novas universidades, seis transformações de IES em universidades, duas consolidações de instituições já convertidas em universidades, mas que não foram concretizadas, e a criação de quarenta e um novos campi – embora insuficientes (a meta para 2009 é a criação de 150 mil novas matrículas) poderiam ser um ponto de partida alvissareiro. Infelizmente, também nesse terreno, as medidas concretas não permitem comemorações.

### **Metas demasiadamente modestas**

No Brasil, o ensino médio conta hoje com 9,17 milhões de matriculados no ensino regular e, se incluirmos a educação de jovens e adultos, 10,3 milhões de matriculados. Em 2003, as IES públicas ofereceram, em seus processos seletivos, 281 mil vagas. Essas vagas foram áspere e injustamente disputadas por 2.367.670 estudantes (INEP, Sinopse do Censo da Educação Superior 2003).

A expansão é, portanto, imperativa. A estimativa de demanda de acesso ao ensino superior para 2009 (ano que o governo pretende ter criado 150 mil novas matrículas), conforme o INEP, é de 8,17 milhões. A meta anunciada não chega sequer a 2% dessa demanda!

### **As ações do governo nem sequer arranham a supremacia da oferta privada sobre a pública**

Tomando como referência a oferta de matrículas, entre os anos de 1997 a 2003, o ensino superior privado viveu um período de crescimento exponencial, aumentando a sua demanda (alunos ingressantes) em 154%, com uma média anual de 17% de crescimento. Em números absolutos, o setor privado passou de 392.041 ingressos, em 1997, para 995.873 ingressos, em 2003. Conforme o censo de 2003, 80,3% das vagas foram no setor privado, e apenas 19,7% no setor público, sendo que as federais compareceram com apenas 6,1% (121 mil vagas oferecidas).

Ao longo do governo FHC, o crescimento do número de instituições privadas foi de 111%. Após a posse de Lula da Silva, a única inflexão nessa tendência foi causada pelo limite do mercado: em 2003, o crescimento das matrículas foi de apenas 8% em relação ao ano anterior, por causa da saturação do mercado. Entretanto, o número de instituições particulares não parou de crescer: entre 2002 e 2004, a taxa de crescimento das particulares foi de 25%, o dobro dos cerca de 12% da rede pública (Folha de S. Paulo, 30/6/05).

### **Ao contrário do sugerido, o crescimento das matrículas das federais não esteve estagnado na última década**

Uma falácia tem de ser criticada: a de que somente com o governo de Lula da Silva a expansão foi retomada. Essa formulação não é verdadeira. As IFES têm feito um inaudito esforço expansionista, mesmo tendo os seus recursos globais praticamente congelados e os concursos para docentes e técnico-administrativos quase que interrompidos.

A expansão das IFES por meio da intensificação do trabalho dos seus professores e servidores técnico-administrativos, e da otimização do uso de sua capacidade instalada, já ultrapassou o limite dentro do qual as instituições podem oferecer cursos de alta qualidade. De fato, entre 1996 e 2003, o crescimento foi da ordem de 56%, passando de 364 mil para 568 mil estudantes de graduação. Cumpre destacar que, em sete anos do período Cardoso, foram criadas 200 mil vagas. Lula da Silva pretende criar 150 mil em cinco anos, dos quais três pertencem a um futuro governo a ser escolhido pelas urnas.

## Expansão se dá em um contexto de congelamento de recursos

A assimetria entre a expansão das federais e a das IPES (Instituições Particulares de Ensino Superior) pode ser explicada pela estagnação do financiamento das públicas. Tomando como referência o período 95-05, podemos constatar que, em ordem de grandeza, o orçamento executado das IFES (valores corrigidos pelo IPCA) está congelado em torno de R\$ 7 bilhões (ou foi decrescente, conforme IGP-DI), situação não alterada pelo governo Lula da Silva, que, nos três primeiros anos de governo, ainda reduziu em 20% o montante de verbas em relação a 2002 (valores corrigidos pelo IGP-DI).

Esse congelamento representa, na verdade, uma redução relativa de recursos, pois os gastos fixos aumentam (energia, telefonia, crescimento da folha de pagamento devido aos concursos) e, por conseguinte, os constrangimentos econômicos vividos pelas IFES são ainda mais dramáticos, fato evidente a olho nu: das bibliotecas aos laboratórios; dos banheiros às salas de aulas, da superlotação ao brutal arrocho salarial. Frente ao limite desse modelo de expansão com redução relativa de recursos, é preciso contrapor um projeto abrangente de expansão que tenha dinheiro novo. E é sob esse prisma que a expansão propugnada pelo atual governo tem de ser analisada.

## Os concursos da última década foram incapazes de suprir as aposentadorias

Nos últimos anos do governo Cardoso, por pressão da greve de 2001, ocorreu uma débil reposição de vagas docentes, aproximadamente 2 mil. Conforme avaliação da ANDIFES, em 2003, a reposição emergencial de vagas de professores, abertas em decorrência de aposentadorias nos anos anteriores, teria de ser de 8 mil professores. É possível identificar um déficit emergencial de 6 mil professores, isso sem considerar a expansão proclamada e as aposentadorias do período 2003 a 2005. Por isso, o número de professores substitutos nesse período se manteve relativamente constante em torno de 8 mil.

## Perspectivas de expansão: o real e o proclamado

Em solenidade no Palácio do Planalto, Lula da Silva anunciou a criação de “dezenas” de novas universidades. De certo modo, nesse ato de lançamento, ao não reivindicar a expansão proclamada dos dois primeiros anos de mandato, o governo reconheceu a farsa de seus anúncios anteriores.

Examinando a evolução orçamentária dos três primeiros anos do governo e a projeção para 2006, o cenário é muito preocupante. A exemplo do ANDES-SN, também os reitores manifestaram inquietação com as condições materiais dessas instituições e campi. Como o MEC não chamou as entidades para apresentar o seu plano estratégico de expansão (que continua desconhecido), restam muitas interrogações fundamentais. A distribuição territorial das novas instituições e campi e as áreas de conhecimento privilegiadas permanecem como informação restrita ao MEC. Não houve nenhum debate sobre as prioridades regionais e locais, e o perfil das novas instituições e campi – nem no parlamento, nem com as entidades representativas. As evidências de que a geografia das novas instituições e campi faz parte da lógica político-eleitoral são consistentes. Muitas das novas instituições e campi estão aguardando a nomeação de dirigentes em função do calendário eleitoral, como a UFGD. Ademais, o fato de anunciar a expansão no último ano de governo, justamente o ano da campanha eleitoral, obviamente é demonstrativo do lugar secundário dado a essa prioridade. Em ano eleitoral, sempre é mais difícil a realização de concursos e, não casualmente, grande parte das medidas depende da reeleição de Lula, pois será remetida para os anos 2007 a 2009.

O MEC anunciou a realização de concurso para contratação de professores, prevendo a reposição de 2200 vagas (para as instituições já existentes), de 1750 vagas para a expansão e 50 para a Universidade Aberta do Brasil. É importante reiterar que os concursos para as instituições e campi estão sendo feitos com cargos tomados emprestados das universidades existentes, conformando uma “canibalização” dos cargos dessas instituições. Até o momento não ficou comprovado que o governo irá criar novos cargos para a expansão. E, não menos importante, os critérios de distribuição/alocação de parte substantiva dessas vagas ainda é objeto de controvérsias. É relevante registrar, ainda, que a demanda das IFES está longe de ser atendida com esses concursos, visto que, conforme salientado, somente os substitutos são 8 mil. Tendo como referência o número de substitutos atuais, o déficit nas universidades existentes é de 5800 vagas, excluindo as aposentadorias.

A contratação de servidores técnico-administrativos é ainda mais débil. Após a realização de concursos para os Hospitais Universitários (HU), por exigência do TCU, não há perspectiva de novos concursos, confirmando as piores expectativas sobre as condições da expansão.

A criação da Universidade Aberta do Brasil e a alocação de 50 vagas para contratação de professores para essa fundação de direito privado e não-gratuita é reveladora do padrão de expansão em curso no setor federal, preocupação consubstanciada pelo Decreto nº 5.622 de 19/12/05, que regulamenta a EAD. Sabendo-se que a referida universidade aberta é uma organização articuladora de cursos a distância, não é possível descartar que parte relevante da expansão será por meio dessa estratégia.

Em suma, nada indica que houve mudança na lógica de expansão dentro da ordem de grandeza de R\$ 7 bilhões. Nesses marcos, a expansão proposta pelo governo seguirá como modelo, em condições cada vez mais precárias. É impossível deixar de constatar que esse modelo degradará ainda mais as universidades federais. As metáforas que expressaram a situação das federais nos anos 90 permanecem atuais: universidades em ruínas, desmonte, universidade em penumbra.

## Expansão só com democracia e ampliação de recursos públicos

O ANDES-SN, através de toda sua história de luta, sempre defendeu a construção de um projeto responsável de expansão que promovesse o aumento da oferta de ensino superior público, gratuito e de qualidade social, capaz de deter a multiplicação desenfreada do ensino ministrado em instituições particulares que colocam a educação sob as regras do empresariamento. A noção de que a educação das classes populares deve ser aligeirada precisa ser rigorosamente combatida. Por isso, o Sindicato Nacional apóia resolutamente toda medida em favor da educação pública e gratuita. A expansão das IFES é uma bandeira também empunhada pelo ANDES-SN. Para que seja possível um novo padrão de expansão, será preciso um novo padrão de financiamento; concretamente, serão necessários substanciais recursos novos. O ANDES-SN oferece suas propostas de Projetos de Lei para a expansão (e política de ação afirmativa) e de financiamento como uma alternativa possível para a universidade pública no Brasil de hoje, propostas que dialogam com um longo processo de luta em defesa da escola pública, passando pelas conferências de educação, pela luta na constituinte, em defesa de uma LDB democrática e nos CONED. O Sindicato trabalhará arduamente para que a expansão assegure universidades de fato públicas, gratuitas, autônomas, laicas e fundamentadas na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e de qualidade socialmente referenciada. Medidas demagógicas e inconseqüentes serão denunciadas energeticamente com igual força e empenho!

FONTE: ANDES-SN - Circular 022/06

## Câmara aprova fundo para ensino básico (Fundeb)

**Fundeb financiará área com recursos da União, de Estados e de municípios; proposta precisa ser votada mais três vezes**

A Câmara dos Deputados aprovou, em 24 de janeiro, em primeiro turno, por 457 votos a 5, a proposta de emenda constitucional que cria o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Todos os partidos orientaram voto favorável à matéria.

O fundo irá financiar o ensino básico por meio de uma cesta compartilhada com recursos da União, dos Estados e dos municípios. A proposta inicial é de 1997, mas ganhou novo impulso a partir da apresentação da emenda constitucional número 415 pelo Executivo. Ainda é necessária uma segunda votação na Câmara e mais duas no Senado.

“Essa proposta foi discutida por quase dois anos pelo ministério antes de ser apresentada”, disse a relatora Iara Bernardi (PT-SP).

O Fundeb, também uma promessa de Lula na campanha de 2002, rendeu muita polêmica com a área econômica. O Ministério da Fazenda colocou empecilhos para a aprovação da matéria. Na proposta inicial, não estavam incluídas as crianças de zero a três anos matriculadas em creches.

Outro ponto de discordância foi a criação de um piso salarial nacional para os professores, que acabou sendo aprovado na comissão especial. O valor, porém, será definido por uma lei regulamentar a ser apresentada.

A maior polêmica foi sobre a contribuição da União com o fundo. Pela proposta inicial do governo, a União teria de complementar os recursos do Fundeb de forma gradual nos quatro primeiros anos, até atingir R\$ 4,5 bilhões no quarto ano de vigência, com correção pela inflação.

Contudo, na comissão especial, os deputados conseguiram fazer com que a União seja obrigada a entrar, a partir do quinto ano de vigência, com um aporte de, no mínimo, 10% do valor total do fundo, previsto em R\$ 50,6 bilhões ao ano após o período.

A aprovação do Fundeb foi estabelecida como prioridade na convocação extraordinária depois de discussões entre os líderes partidários e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP). Lula se reuniu com Aldo para pedir empenho para a aprovação, que os governistas esperam utilizar como bandeira para a reeleição.

O Fundeb foi criado para substituir o Fundef, criado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O novo fundo está previsto para durar 14 anos. Sua implantação será gradual nos primeiros quatro anos. A principal diferença entre o atual Fundef e o novo fundo é que este último incluirá, além dos alunos da educação fundamental (de primeira a oitava séries), o ensino infantil e médio.

**FONTE: Por Adriano Ceolin, Fábio Zanini e Luciana Constantino. Folha de S. Paulo, 25/01/06.**

## Contagem preliminar aponta que 80 mil participaram do Fórum Social Mundial, em Caracas

Foto: Agência Brasil

“Cumprimos as expectativas”, disse Jacobo Torres, um dos organizadores do 6º Fórum Social Mundial, em Caracas, na Venezuela. Segundo a primeira contagem oficial, cerca de 80 mil pessoas participaram do encontro. Foram 53 mil inscritos particulares, 19 mil representantes de organizações sociais, quase 3 mil voluntários e 4,9 mil jornalistas. Cerca de 2 mil atividades estavam programadas.



Em número de atividades propostas, o Brasil ficou na frente (450), seguido por Venezuela (400), Colômbia (150), Estados Unidos (115), Argentina (129), Cuba (65), Equador (60), Canadá (40), França (30) e Espanha e Chile (25 cada). Além dessas, 200 atividades culturais ocorreram entre os dias 24 e 29 de janeiro. As delegações mais numerosas foram da Venezuela, seguida por Colômbia e Brasil. Em 2005, os números oficiais contaram mais de 150 mil pessoas no 5º Fórum Social Mundial, em 2.500 atividades realizadas em Porto Alegre.

Assim como o último fórum realizado no Brasil, uma das críticas frequentes foi o cancelamento da programação sem aviso prévio. Entre os destaques, Torres disse que houve muitos avanços em diversas articulações. Citou, como exemplo, o fórum de saúde, de educação, parlamentar, de autoridades locais, a rede de economia solidária e movimento sindical.

Outro membro venezuelano do Comitê Organizador, Júlio Fermin, afirmou que a grande inclusão do povo dos Estados Unidos nos debates foi uma grande vitória. “Diversos grupos anti-guerra daquele país estiveram aqui em Caracas, mostrando que cada vez mais gente dos próprios Estados Unidos luta contra o imperialismo.”

**FONTE: Folha de S. Paulo, com Agência Brasil, em 30/01/06.**

**Professor,  
Confira em seu contracheque se o valor da mensalidade do Plano de Saúde UNIMED - Costa Verde foi devidamente descontado. Caso não tenha sido efetuado, por favor, compareça à Secretaria da ADUR-RJ, com urgência, para quitar o débito.**

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 OU (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: ABNER CHIQUIERI, ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENÍCIO GONÇALVES E LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTE)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

